

## O naturalismo da *Revista Brasileira*, 1879 –1900

Moema de Rezende Vergara  
Bolsista de Pós-doutorado CNPq  
Museu de Astronomia e Ciências Afins  
[moema@mast.br](mailto:moema@mast.br)

### Resumo

Nosso artigo se constitui em verificar a forma da vulgarização científica realizada por literatos brasileiros do final do século XIX. Neste momento, os literatos estavam fazendo a crítica ao romantismo e estabelecendo uma nova escola – o naturalismo, que tinha como uma de suas principais características a relação entre literatura e ciências naturais. A historiografia afirma que a expressão *vulgarisation scientifique* foi primeiramente utilizada por Emile Zola em 1867. Apesar de Zola ser um tanto pessimista quanto à possibilidade de se vulgarizar o conhecimento científico, ou seja, transformá-lo assimilável ao público em geral, no Brasil, os críticos literários da geração naturalista, como Araripe Jr., Sílvio Romero e José Veríssimo estavam desempenhando importante papel de vulgarizadores da ciência. Desta forma, estes literatos tomaram para si a missão de popularizar as ciências para o público leigo, atualizando os brasileiros sobre os últimos acontecimentos do mundo da ciência internacional, como também sobre as pesquisas realizadas nas instituições nacionais. Para tal utilizamos a *Revista Brasileira*, ponto de partida para a formação da Academia Brasileira de Letras em 1897, e que ofereceu suas páginas para a vulgarização científica de nossa comunidade científica da época.

Os críticos literários do naturalismo procuravam se interessar pelas ciências naturais como via de acesso à "verdadeira essência" nacional. Assim, estes literatos possibilitaram a existência de uma revista que foi um importante meio de popularização científica em nosso ambiente intelectual, viabilizando também a participação de cientistas de nossas instituições de pesquisa da época, como o Museu Nacional, o Observatório Nacional, a Escola Politécnica, entre outras.

### Palavras-chave

Naturalismo, vulgarização científica, Brasil

### Resumé

Nous nous proposons de discuter la forme de vulgarisation scientifique mise en oeuvre par les hommes de lettres brésiliens à la fin du XIXe. Siècle. On faisait alors la critique du romantisme et cherchait à établir le naturalisme en nouvelle école littéraire, ayant pour une de ses principales caractéristiques le rapport aux sciences de la nature. Selon l'historiographie, l'expression "vulgarisation scientifique" a été d'abord utilisée par Émile Zola, en 1867. Au Brésil, les critiques

littéraires de la génération naturaliste ont joué un rôle important comme vulgarisateurs de science, tels Araripe Jr., Sílvio Romero et José Veríssimo. Ces littérateurs ont pris sur eux la tâche populariser les sciences, renseignant le public brésilien sur les derniers événements du monde scientifique international aussi bien que sur les recherches réalisées dans les institutions nationales.

*Vulgarizar uma ciência, meu caro, é diluí-la, enfraquecê-la tanto quanto possível, para torná-la de fácil digestão para os cérebros das crianças e dos pobres de espírito.*

Zola

Este artigo se constitui numa primeira reflexão sobre a forma da vulgarização científica realizada por literatos brasileiros do final do século XIX. Neste momento, os literatos estavam fazendo a crítica ao romantismo e estabelecendo uma nova escola – o naturalismo, que tinha como uma de suas principais características a relação entre a literatura e as ciências da natureza. A historiografia afirma que a expressão *vulgarisation scientifique* foi primeiramente utilizada por Emile Zola em 1867.<sup>1</sup> Apesar de Zola ser um tanto pessimista quanto à possibilidade de se vulgarizar o conhecimento científico como podemos ver na citação acima, ou seja, transformá-lo em algo assimilável ao público em geral, no Brasil, os críticos literários da geração naturalista, profundamente influenciada pela obra do mesmo Zola, como Araripe Jr., Sílvio Romero e José Veríssimo estavam desempenhando importante papel de vulgarizadores da ciência. José Veríssimo, por exemplo, qualificou a própria atividade da crítica literária como fazendo parte da ciência experimental.<sup>2</sup> Desta forma, estes literatos tomaram para si a missão de popularizar as ciências para o público leigo, atualizando os brasileiros sobre os últimos acontecimentos do mundo da ciência internacional, como também sobre as pesquisas realizadas nas instituições nacionais. Para tal utilizamos a *Revista Brasileira*, ponto de partida para a formação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Esta *Revista* foi um importante *locus* para os homens de letras do final do século XIX no Rio de Janeiro. Os críticos literários, colaboradores e editores da *Revista Brasileira*, estavam refletindo acerca da “essência da identidade nacional”, num momento de profundas transformações políticas e sociais, com a Abolição e o fim da Monarquia. Para estes intelectuais era preciso pensar o Brasil e seus problemas, sem lançar mão do recurso à cópia e à imitação. Esse “pensamento brasileiro” seria composto tanto pelas artes e pela literatura quanto por uma ciência nacional. Assim, os editores desta revista abriram espaço para que nossos cientistas divulgassem suas pesquisas para o público leigo, como por exemplo, o médico João Batista de Lacerda que fundou juntamente com o francês Louis Couty o Laboratório de Fisiologia Experimental no Museu Nacional, onde desenvolveu várias pesquisas, como o contraveneno das cobras, a composição fisiológica do curare e a vacina contra o carbúnculo do gado.

Assim, observamos estes literatos fazendo resenhas e comentando os trabalhos de nossos cientistas. Não podemos nos esquecer que os editores convidando Luiz Cruls, então diretor do

Observatório Nacional para ser responsável por uma seção dedicada à vulgarização das ciências – “Revista Científica”. Estes homens acreditavam que a ciência lhes daria acesso à “verdadeira essência” nacional e os auxiliaria na superação da infeliz herança colonial.

Os críticos literários do naturalismo se interessavam pelas ciências naturais como uma via de entendimento do que seria o brasileiro, desta forma, vemos os literatos atualizados com a produção científica de instituições nacionais como o Jardim Botânico, os Museus, o Observatório Nacional, a Escola Politécnica, entre outras.

A constituição de uma recente nação como o Brasil, sem a força de uma sólida tradição histórica, fazia com que se depositasse as esperanças de formação de uma identidade nacional nas pesquisas das ciências naturais.

Lendo os artigos de vulgarização científica da *Revista Brasileira*, vemos que a relação entre a construção da nação e as ciências naturais desempenhava também uma função simbólica, que tinha na natureza um fator determinante na formação desta identidade nacional. A referência de uma natureza considerada, em muitos aspectos, a “melhor do mundo”, era comum tanto por cientistas quanto por literatos, como na passagem que se segue, do Visconde de Taunay, sobre os trabalhos de entomologia do Museu Paraense: “O catálogo sistemático das formigas brasileiras até hoje conhecido encerra nada menos de 7 tribos e 440 espécies. Avaliando o total em 2.000 espécies no mundo inteiro, não temos o que nos queixar. Até em formigas o Brasil é rico.”<sup>3</sup>

Num artigo de José Veríssimo sobre os índios brasileiros: “A Religião dos tupi-guaranis”, de 1881, o autor se mostrou sintonizado com os trabalhos dos naturalistas brasileiros. A incursão de José Veríssimo na etnografia poderia ser entendida como o esforço deste crítico literário em suprir o que faltava à nossa literatura, e assim, apreender a essência do tipo brasileiro. Na leitura desse artigo, podemos ver que José Veríssimo estava acompanhando a produção etnográfica de sua época, como as pesquisas de João Barbosa Rodrigues que estudou algumas tribos do Amazonas, coligindo lendas e cantigas dos tapuias. Esta etnologia indígena foi popularizada, no último quartel do século XIX, por naturalistas do Museu Nacional que lá expunham suas mais recentes descobertas, como por exemplo, na Exposição Antropológica de 1882.

Estudos etnográficos tinham muito apelo para os nossos intelectuais, uma vez que foi a partir das diversas teorias raciais européias da época que esta elite buscou elementos para construir, no complicado contexto brasileiro do fim da escravidão, a formação de um Estado-Nação e definir o que seria o seu *povo* no sentido proposto pelos ideais da Revolução Francesa. Este problema foi expresso da seguinte forma por Sílvio Romero em 1881. “Daí saiu o Império do Brasil, país de senhores, de grandes magnatas; mas terra sem povo, no alto sentido da palavra!! (...) A nossa Independência, sendo um fato histórico de alcance quase

nulo, não tendo havido aqui uma revolução que afogasse os velhos preconceitos, não abriremos uma fase de autonomia e liberalismo.”<sup>4</sup>

A questão da formação do povo no momento desta fala de Sílvio Romero passava necessariamente por várias discussões de como seria a emancipação dos escravos. Este autor chegava a afirmar com relação à Revista que “aqui não há escravocrata”, enfim, todos articulistas concordavam de que o fim da escravidão estava próximo. O desejo de nossa elite letrada era de que esta passagem do trabalho escravo para o trabalho livre fosse feita à luz da ciência, como afirma mais uma vez Sílvio Romero: “Quero a libertação como o resultado de uma transformação orgânica da sociedade, e não como um produto das declarações sem alvo do Sr. Nabuco; ou uma invenção disparatada das teorias negristas; quero-a, como devem querer os representantes do espírito civilizador europeu...”<sup>5</sup>

Na visão de Sílvio Romero, para que este “espírito civilizador” chegasse a nós, era preciso que o questão da emancipação fosse conduzida a partir dos critérios científicos. Desta forma, dos africanos não poderia vir a civilização, o próprio autor afirmava que a “África esteve desde a mais remota antigüidade em contato com os egípcios, persas, gregos e romanos e o negro nunca chegou a civilizar-se”.<sup>6</sup> Mesmo assim, o negro no Brasil deveria ser tratado como um objeto científico, como afirmou Sílvio Romero:

É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas!  
Bem como os portugueses estanciamos dois séculos na Índia e nada ali descobrimos de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sanscrito e dos livros bramínicos, tal nós vamos levemente deixando morrer os nossos negros da costa, como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos que se falam em nossas senzalas!<sup>7</sup>

Esta ciência “ineficaz” que não leva em consideração importantes questões como o estudo etnográfico dos africanos, seria, para Sílvio Romero, um reflexo de nosso atraso. Para os críticos literários deste momento, a solução para este estado de coisas seria a instrução que traria todos os benefícios do progresso para a sociedade.<sup>8</sup> Esta questão já estava enunciada em 1879, quando os editores da Revista afirmavam que faltavam ao Brasil elementos indispensáveis para a instrução. Feito este diagnóstico, reforçava-se ainda mais o papel que a *Revista Brasileira* que deveria desempenhar um papel de guia espiritual do povo. Partindo das idéias positivistas, herdeiras do Iluminismo, Franklin Távora via como um dos fatores do atraso do povo brasileiro a ineficiência das escolas. “O povo aprende ainda atualmente aí o que aprendia há mais de meio século”. A solução, para Távora, seria em se ministrar ao povo “as disciplinas mais úteis e necessárias ao uso da vida, ao progresso e a ordem na sociedade”.<sup>9</sup> Era consenso entre os críticos desta época que a sociedade brasileira tinha que vencer o atraso herdado do período colonial e as esperanças estavam na educação do povo, processo que deveria ser levado avante pela nossa elite letrada, o único setor

portador das luzes da razão em oposição ao restante da sociedade emerso no obscurantismo e apego à religião e às superstições.

Em 1900, temos um ensaio do crítico literário Araripe Júnior, que avaliou como os demais críticos estavam lidando com a questão de nosso atraso. Assim ele denunciava o pessimismo de José Veríssimo, para quem, o brasileiro era inapto em matérias como a filosofia e a ciência, pois teríamos dificuldades para cogitações abstratas e generalizações fecundas, diz Veríssimo: “somos por igual impróprios para as criações artísticas que demandem capacidade eficiente de observação, de análise, de generalização e de síntese. Não temos até hoje um verdadeiro pensador no rigor do termo”.<sup>10</sup>

Araripe Jr. percebia que a origem deste pessimismo estava na ênfase na questão racial por parte dos intelectuais da época. Este autor avaliava que a chave interpretativa da raça impedia os demais críticos de verem que a mestiçagem não necessariamente era um entrave para o desenvolvimento da nação. Assim, Araripe Jr. critica as teses de Sílvio Romero:

Sílvio Romero começa fazendo a história da maledicência brasileira. Desde Gregório de Mattos até Abreu e Lima são postos em contribuição todos os pessimistas de vulto que falaram mal de sua terra. O crítico sergipano condena-os e não lhes dá quartel. Todavia, se bem que se declare colocado no meio termo entre o otimismo e o pessimismo, desanima de que o Brasil possa tão cedo vir a ser uma verdadeira nação, dominada como é por uma maioria de mestiços.<sup>11</sup>

Diante deste quadro de pessimismo, Araripe Jr. se coloca em posição diferente de José Veríssimo e Sílvio Romero, quando afirma: “Ao contrário disto, penso que temos raça capaz de todos os progressos, e que longe de desprezarmos as nossas qualidades diferenciais, devemos cultivá-las com amor, de sorte que, entrando no concerto das nações e tirando dele a força que nos falta, possamos dizer ao mundo qual nosso papel e a feição que a natureza nos destinou.”<sup>12</sup>

Segundo Araripe Jr., a descrença dos demais críticos sobre o futuro do povo brasileiro era fundamentada pela leitura de autores como Gustavo Le Bon, para quem “o atraso das repúblicas americanas do sul [se deve] ao mau resultado produzido pelo cruzamento de raças desigualmente desenvolvidas”. Para o crítico brasileiro, não devíamos nos deixar confundir pelo daltonismo de uma teoria fundada para autorizar a expansão e justificar a expropriação dos “povos sem esquadras”, ou seja, uma teoria que autorizava a ação imperialista européia sobre o restante do mundo. Esta teoria racial seria uma “filosofia fim de século inspirada pela audácia dos Guilherme II, dos Cecil Rhodes e de outros impulsivos que se iludem, tomando a hipertrofia da volição pela idealização diretora das nações”.<sup>13</sup> Araripe Jr. parecia afirmar que o futuro do Brasil ainda estava por se fazer, desta forma, estava no âmbito da História e não da Ciência. O papel da ciência seria de esclarecer as novidades trazidas por combinações recentes produzidas por países como o Brasil:

Não sirva, pois, o ponto de vista eugênico de pretexto para que as nações adiantadas se precipitem como feras sobre as que se atrasaram um pouco, como o estão fazendo agora, portanto não só poder-se-á encontrar nessas mesmas nações surpresas para a ciência e reações inesperadas na política, mas também ninguém sabe que forças se ocultam entre os povos hoje chamados bárbaros, e que combinações a história está disposta a tirar das combinações desses novos elementos.<sup>14</sup>

Durante o século XIX, houve um deslocamento da ênfase dos estudos da etnografia. Se, em um primeiro momento, ela era marcada por uma inspiração romântica e tinha na filologia seu principal objeto de estudo,<sup>15</sup> no final do mesmo século, observamos uma aproximação com outros campos de conhecimento, como por exemplo a fisiologia, que estava empolgando o público pelas recentes descobertas de Claude Bernard e de Louis Pasteur.

Enfim, percebemos, na passagem da monarquia para a República, que a etnografia era uma fonte importante para várias disciplinas como a medicina legal, a literatura, a História e o Direito. Contudo, especificamente na República, vemos que o emprego da mesma ciência – a etnografia – não garantia a partilha das mesmas conclusões, alguns setores advogavam a miscigenação para o problema da mão-de-obra no país que vivia os dilemas da recente abolição, outros, como Nina Rodrigues, defendiam uma tutela do Estado para esta população de mestiços, ainda em estágio intelectual inferior.

No final do século XIX, vemos que a abolição não resolveu a questão racial. A República dispersou o movimento abolicionista e deslocou este problema como algo a ser tratado pela ciência. Apesar dos diversos pontos de vista, podemos ver que vários segmentos concordavam que a etnografia ofereceria as bases científicas sobre as quais a República deveria apoiar-se para governar sua população.

A *Revista Brasileira* que veio de uma das principais revistas do nosso romantismo, a *Guanabara*, não se distanciou radicalmente de suas origens. Podem-se observar as raízes românticas de seus articulistas na valorização da natureza e a certeza que esta seria a via que nos daria especificidade e nos conduziria para a civilização. Contudo, verificamos que no período estudado por nós, estes autores não se restringiam à percepção da excepcionalidade da natureza brasileira, estando atentos também para a importância de se desenvolver uma comunidade científica capaz de extrair, desta mesma natureza, todas as riquezas e o conhecimento científico que nos possibilitassem entrar no concerto das nações civilizadas.

No Brasil a literatura foi uma instância de contato com o real, fazendo com que a ficção estivesse subordinada a um discurso de verdade. Em outras palavras, para nós a literatura foi um lugar onde a sociedade estabeleceu possibilidades de autoconhecimento.<sup>16</sup> Este esforço de autoconhecimento foi, neste período, o que caracterizou a crítica literária em seu anseio de estabelecer os parâmetros de uma literatura nacional na busca da *brasilidade*.<sup>17</sup> Em nosso caso, como no de outros países latino-americanos, a literatura se construía entre dois pólos distintos: a herança da língua do colonizador como veículo e a determinação de uma originalidade propriamente local, por meio da definição de uma cultura nacional, com seus limites e possibilidades. Esta tensão, no final do século XIX, era caracterizada por um sentimento generalizado de falta, materializado

também nas letras brasileiras, uma vez que a ausência de uma tradição, de uma língua e de um sistema educacional ampliado criava “o espetáculo de um país novo com todos os vícios das sociedade decadentes”.<sup>18</sup> Desta forma, “a literatura deveria assumir um papel relevante de veículo catalisador, enfeixando, em suas produções, aqueles dados de cuja ausência ressentia-se a nossa formação cultural”.<sup>19</sup>

Assim, notamos que, por ser o Brasil um país jovem, sem a força das instituições históricas, a busca pelo autoconhecimento teve, na natureza, seu elemento determinante. Esta ênfase fez com que os homens de letras estabelecessem uma relação com o trabalho dos naturalistas. Era como se a síntese da nacionalidade fosse feita entre a literatura e as ciências naturais. Contudo, esta síntese não se deu de forma tranqüila, gerando alguma polêmica. Na *Revista Brasileira*, Machado de Assis, fazendo uma crítica ao livro *Cantos do fim do século*, de Sílvio Romero, afirmava que esta nova geração, tão fascinada pelo desenvolvimento da ciência moderna, carecia mais de uma definição estética do que científica.

A nova geração freqüenta os escritores da ciência; não há aí poeta digno desse nome, que não converse um pouco, ao menos, com os naturalistas e filósofos modernos. Devem, todavia, acautelar-se de um mal: o pedantismo. Geralmente, a mocidade, sobretudo a mocidade de um tempo de renovação científica e literária, não tem outra preocupação mais do que mostrar as outras gentes que há uma porção de coisas que estas ignoram; e daí vem que os nomes ainda frescos na memória, a terminologia apanhada pela rama, são logo transferidas ao papel, e quanto mais crespos forem os nomes e as palavras, tanto melhor.

Digo aos moços que a verdadeira ciência não é a que se incrusta, pelo ornato, mas a que se assimila pela nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo a todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente. Nisto o melhor exemplo são os luminares da ciência; releiam os moços o seu Spencer e o seu Darwin. Fugam também a outro perigo, o espírito de seitas, mais próprio das gerações feitas e das instituições petrificadas.<sup>20</sup>

Desta forma, a relação entre literatura e ciência no final do século XIX no plano das letras produziu a crítica ao Romantismo e o advento do Naturalismo, que representava o esforço de conjugar a produção literária com a matriz positivista, e expressava a idéia de que a literatura só seria respeitada quando escorada pelos parâmetros cientificistas. “Para conhecer o Brasil, era necessário dominar um instrumental de análise que passasse pelo crivo da cientificidade. Munido deste aparato, nosso intelectual teria melhores condições de apreender a nacionalidade, diagnosticando seus males e propondo terapias”.<sup>21</sup> Algumas questões que formaram o núcleo da reflexão dos críticos literários deste período em muito contribuíram para o pensamento social brasileiro. Um dos exemplos de apreensão do conhecimento científico pelos críticos literários pode ser visto na seguinte passagem de Sílvio Romero, ansioso por obter subsídios nas ciências para se distinguir da geração anterior: “Pretendemos escrever uma introdução naturalista à história da literatura brasileira. Munidos do critério popular e étnico para explicar o novo caráter nacional, não esquecemos do critério positivo e

evolucionista da nova filosofia social quando tratarmos de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral.”<sup>22</sup>

Assim, veremos outros modos de apresentação do conteúdo científico por críticos literários, que estavam encampando o projeto de fortalecimento de uma ciência nacional. Em meados do século XIX, começamos a notar, entre os letrados, o desejo de produzir um conhecimento sobre o Brasil feito por brasileiros em oposição aos relatos de viajantes que por aqui passavam buscando, muitas vezes, a mera promoção pessoal. Este tipo de preocupação pode ser visto na correspondência entre Araújo Porto-Alegre e o vice-presidente do IHGB, Manuel Ferreira Lagos:

A leviandade da maior parte dos viajantes franceses e a superficialidade com que encaram as coisas que encontram na nossa pátria, unidas a um desejo insaciável de levar ao seu país novidades, têm sido a causa desses grandes depósitos de mentiras que se acham espalhados por muitos livros daquele povo, que as mais das vezes sacrifica a verdade às facécias do espírito e o retrato fiel dos usos e costumes de uma nação ao quadro fantástico de sua imaginação ardente, auxiliada livremente pela falta de conhecimento da língua e pela crença de que tudo o que não é França está na última escala da humanidade.<sup>23</sup>

Para se ter noção do espaço que a *Revista Brasileira* abriria para o problema da natureza brasileira, basta lembrar da nota do crítico literário Carlos de Laet, responsável pela seção *Crônica Literária*, que fez um protesto contra um botânico britânico que teria usurpado o trabalho de Barbosa Rodrigues. Assim, observamos na Revista a publicação, lado a lado, de cientistas e críticos literários comprometidos conjuntamente em trazer a público notícias do mundo da ciência. Assim, observamos os críticos literários, como Sílvio Romero, Souza Bandeira, José Veríssimo e Rangel S. Paio popularizando o conhecimento científico junto ao público da *Revista Brasileira*. Isto nos faz pensar que este esforço de vulgarização estava a serviço do projeto mais amplo da Revista, que era uma iniciativa dos literatos. O fato de críticos literários estarem engajados nas atividades de vulgarização, pode, em um primeiro momento, parecer contraditório com o processo de especialização e profissionalização pelo qual a sociedade brasileira estava passando.

Também notamos estes homens de letras recorrendo à ciência como argumento de autoridade para a defesa de determinado ponto de vista ou simplesmente para se mostrar sintonizados com as conquistas de seu tempo, imbuídos da missão de levar o conhecimento científico para o povo para renovar a nação, removendo as amarras do obscurantismo: “Nós brasileiros carecemos mais de razão do que de fé; mais de ciência do que de crença: como cidadãos devemos, nós todos que falamos ao povo, ensinar-lhe a pensar, que é o que ele menos sabe”.<sup>24</sup>

O sentido da vulgarização científica promovida pela *Revista Brasileira* era o fato de ela ser uma obra realizada para a opinião pública da época. Esta opinião pública seria uma variante do conceito habermasiano, aqui empregado no sentido da expressão de cidadãos, que fazendo o uso público da razão, debatem sobre o destino da *res publica* e como um dos aspectos da esfera pública que desempenha o papel político de mediador entre o Estado e a sociedade.

É certo que, em uma sociedade onde o Estado era o principal agente econômico e social e que conviviam com a escravidão, não há como distinguir entre os interesses da esfera pública e os do



Estado. Além disto, a aplicação do conceito de *cidadão* é em si problemática, neste momento da sociedade brasileira. Assim, não temos opinião pública como manifestação dos interesses da sociedade civil frente ao Estado, agindo sob o regime da livre concorrência, como observado na França e na Inglaterra.

Mas, sem dúvida alguma, temos uma opinião pública, que não se esgota na esfera estatal, formada pela elite ilustrada – composta por homens de ciência e letras – que tinham uma dupla missão: instruir e determinar os caminhos para o governo “esclarecido” sobre as bases da razão e se dirigir igualmente ao público em geral a fim ajudá-los a fazerem uso de sua própria razão num sentido mais elevado do que a empregada no âmbito privado. Desta forma, os cientistas deram publicidade, não aos resultados da pesquisa científica, mas aos seus métodos, como uma via de fazer o público participar “inteligentemente” do mundo da ciência.

Os críticos literários contribuíram neste processo, determinando o que o público deveria ler e como deveria pensar, tendo como fim último a formação de uma inteligência nacional. Era através da comunicação de suas reflexões que esta elite pensante abriria um espaço de crítica e progresso contínuo mediatizado pela publicidade. É importante frisar que em um país novo, com instituições políticas e jurídicas ainda frágeis, a literatura foi o espaço de formação da consciência nacional, onde o Brasil se revelou aos brasileiros.<sup>25</sup> No caso do presente estudo, gostaríamos de destacar a vulgarização científica como um dos caminhos pelos quais a elite letrada expressou sua intenção de conduzir, nos trilhos da ciência e da razão, a recente nação brasileira.

Assim, surgiu a figura do “literato vulgarizador” que desempenhou importante papel na divulgação das teorias científicas produzidas em outros centros, como em instituições brasileiras, tais como o Museu Nacional e as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Em sua função de guia do pensamento nacional, estes críticos literários privilegiavam no debate sobre a formação do povo brasileiro a via científica, ao invés de pensar *povo* como um corpo político.

Assim, o literato do final do século XIX, acreditava que as ciências naturais deveriam se orquestrar com a literatura para constituir a nação brasileira. Território, natureza e povo eram tanto objetos da ciência quanto da literatura e iram ditar as diretrizes para a construção de uma identidade nacional.

---

## Notas

1 BENSUADE-VICENT, B.; RASMUSSEN, A. (org). La science populaire dans la presse et l'édition XIXe et XXe siècle. Paris: CNRS éditions, 1997, p.13.

2 VERÍSSIMO apud BARBOSA, J. A., José Veríssimo: teoria, crítica e história literária. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1977, p. 236,

3 TAUNAY, V. de., “Revista do Museu Paulista”, Revista Brasileira, p. 60.

4 ROMERO, S., “Introdução à história da literatura brasileira”, Revista Brasileira, 1881, p. 291

5 ROMERO, S., “A questão do dia: emancipação dos escravos”. Revista Brasileira, 1881, p. 203

6 Ibid., p. 199.

- 
- 7 ROMERO, S., "A poesia popular no Brasil". Revista Brasileira, 1879, p.99.
- 8 CANDIDO, A., Literatura e subdesenvolvimento. In: MORENO, C. F. (org). América Latina em sua literatura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 349.
- 9 TÁVORA, F., "Notas bibliográficas". Revista Brasileira, 1880, p.355.
- 10 ARARIPE Jr., "Sílvio Romero, polemista". Revista Brasileira, 1900, p. 355-6.
- 11 Ibid., p. 359.
- 12 Ibid., p. 363.
- 13 Idem.
- 14 Ibid., p.365.
- 15 Um exemplo de etnografia romântica pode ser visto na obra de Gonçalves Dias. Um de seus objetivos era estudar a língua portuguesa no Brasil e sua diferenciação com a língua portuguesa de Portugal, a partir da influência do Tupi. KODAMA, K., O Tupi e o Sabiá: Gonçalves Dias e os estudos sobre o índio em Brasil e Oceania. Rio de Janeiro, 2003. (Mimeo.), p. 2
- 16 Cf. CANDIDO, A., Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, p. 27.
- 17 Cf. ROUANET, M. H. Eternamente em berço esplêndido. a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991, p. 280.
- 18 VERÍSSIMO, J. apud, BARBOSA, J. A., op. cit., p. XV.
- 19 Idem.
- 20 MACHADO DE ASSIS., "A nova geração. Revista Brasileira, 1879, p. 412.
- 21 VELLOSO, M., A literatura como espelho da nação. Estudos Históricos, 1 (2), p. 239-263, 1988, p. 241-2.
- 22 ROMERO, S., Introdução à história da literatura brasileira. Revista Brasileira, 1881, p. 236.
- 23 LAGOS apud SÜSSEKIND, F., O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 51.
- 24 GUIMARÃES, A., "Apontamentos de economia política". Revista Brasileira, 1879, p. 107.
- 25 Cf. CANDIDO, A., Literatura e sociedade. Estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2000, p. 132.